

PARECER N.º 20/CITE/97

Assunto: Despedimento de trabalhadora grávida - ..., S.A. (artigo 30.º do Dec.-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio, aditado pelo Dec.-Lei n.º 332/95, de 23 de Dezembro)

1. OBJECTO

- 1.1. Em 20/10/97, a CITE recebeu da ..., S.A. cópia do processo disciplinar com vista ao despedimento com justa causa da trabalhadora grávida ...
- 1.2. A trabalhadora encontra-se ao serviço da referida empresa desde 17/4/89 com a categoria profissional de indiferenciada é acusada de ter dado 18 faltas ao serviço sem qualquer justificação.
- 1.3. A empresa pretende despedir a trabalhadora com base nas alíneas *d)* e *g)* do n.º 2 do art.º 9.º do Dec.-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro.
- 1.4. A trabalhadora na resposta à nota de culpa defende-se com a caducidade do processo disciplinar.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. Dado que era do conhecimento da entidade patronal a existência de um número de faltas injustificadas da trabalhadora susceptíveis de despedimento com justa causa, a sua não actuação no prazo de 60 dias, fez caducar a possibilidade de procedimento disciplinar, nos termos do artigo 31.º da L.C.T. - Dec.-Lei n.º 49408, de 24 de Novembro de 1969.
- 2.2. O despedimento de uma trabalhadora grávida nestas circunstâncias constitui uma discriminação em função do sexo, por motivo de maternidade, nos termos do artigo 3.º n.º 1 do Dec.-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, a CITE não é favorável ao despedimento da trabalhadora grávida ...

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997